



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na perspectiva de seus usuários: uma etnografia sobre sujeitos e ambiguidades entre o manicômio e a cidadania.

Autoria: Guilherme Vinicius Catanante (Prefeitura Municipal de Monte Alto), Toyoko Saeki Lucas Pereira de Melo

A Reforma Sanitária, que teve no advento do Sistema Único de Saúde (SUS) um de seus pontos mais marcantes, trouxe consigo a proposta de produção do cuidado em saúde diferente do tradicional, inclusive no campo da saúde mental. Tal reforma é quase concomitante à Reforma Psiquiátrica, iniciada por volta da década de 1970, propondo a ruptura com o manicômio e suas práticas fortemente instituídas, e o resgate da cidadania dos loucos. Este movimento trouxe vários desdobramentos, como a Luta Antimanicomial e a composição de uma teia de serviços atualmente denominada Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Partindo de minha trajetória profissional como psicólogo em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) pelos últimos cinco anos, noto que a constituição e consolidação da RAPS segue em andamento, mesmo em um cenário atual de desmonte do SUS, da não-superação da lógica manicomial e da retirada de direitos arduamente conquistados e dificilmente gozados plenamente. Observando a aparição da RAPS nos discursos da assistência e, principalmente, da gestão, por vezes noto a referência à rede como algo já constituído, instituído e consolidado - levando-me a inquietações iniciais que me serviram como ponto de partida para esta pesquisa, como: o que é a RAPS - esta teia de dispositivos tão presente em nossas falas - para os sujeitos usuários que nela transitam? Os sujeitos do sofrimento psicossocial reconhecem uma rede na RAPS? Se há uma rede suportiva a estes sujeitos, seria ela a RAPS ou outra(s)? Partindo de tais questões, em meu doutorado venho realizando uma etnografia na RAPS de um município paulista de 49 mil habitantes, tendo



como foco a percepção dos usuários desta rede acerca da mesma. O ponto de partida das primeiras observações tem sido meu local de work, o CAPS I do município, e preliminarmente pude notar que, para aqueles sujeitos usuários não só do CAPS como de outros serviços, a RAPS não emerge como dispositivo estabelecido e amplamente reconhecido. As práticas neste contexto nem sempre aproximam-se da reinserção social; ao contrário, algumas delas restringem liberdades e possibilidades existenciais, muitas vezes ao não considerarem a pessoa usuária do serviço como sujeito desejante e ativo. Até o momento, é possível notar que a RAPS das práticas não possui a coerência sugerida pela textualidade política, tratando-se de um dispositivo com consideráveis inconsistências e ambiguidades, e é exatamente neste contexto que também encontramos a RAPS como lugar e possibilidade de resistência e fazeres outros que não mais remetam à lógica manicomial. Considero, portanto, como um dos nortes atuais de meu work a ida ao encontro de tais ambiguidades na perspectiva dos usuários, de modo a melhor elucidá-las e compreendê-las.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: